

Canindé

Revista do Museu de Arqueologia de Xingó

ISSN 1807-376X

EDIÇÃO DIGITAL: ISSN 1809-8975

Canindé

Revista do Museu de Arqueologia de Xingó

Nº 8

dezembro/2006



Canindé

Revista do Museu de Arqueologia de Xingó

EDITOR

José Alexandre Felizola Diniz

MAX, Universidade Federal de Sergipe

COMISSÃO EDITORIAL

Albérico Queiroz	UNICAP
Ana Lúcia Nascimento	UFRPe
André Prous	UFMG
Aracy Losano Fontes	UFS
Beatriz Góes Dantas	UFS
Cláudia Alves Oliveira	UFPe
Emílio Fogça	UCG
Gilson Rodolfo Martins	UFMS
José Alexandre F. Diniz Filho	UFG
José Luiz de Moraes	MAE/USP
Josefa Eliane de S. Pinto	UFS
Márcia Angelina Alves	MAE/USP
Maria Cristina de O. Bruno	MAE/USP
Marisa Coutinho Afonso	MAE/USP
Pedro Ignácio Schmitz	IAP/RS
Sheila Mendonça de Souza	FIOCRUZ
Suely Luna	UFRPe
Tânia Andrade Lima	M.N/UFRJ

Pede-se permuta
Ou demande l'échange
We ask for exchange
Pede-se canje
Si richiede lo scambo
Mann bitted um austausch

Home Page: www.max.org.br

E-mail: max@ufs.br

A revisão de linguagem, as opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos são de responsabilidade dos respectivos autores.

EDITORIAL

A Canindé está no seu oitavo número, completando seis anos de funcionamento ininterrupto e, o mais importante, com as edições lançadas nas datas previstas, fato raro entre as publicações científicas brasileiras, muitas vezes carentes de suporte financeiro e estrutura de apoio. A mencionada regularidade de nossa principal publicação científica só tem sido possível graças ao patrocínio da PETROBRAS, através da Lei de Incentivo à Cultura e, fundamentalmente, à colaboração de integrantes de nossa Comissão Editorial, que têm captado artigos e notas necessários à composição de cada edição, garantindo o elevado nível da CANINDÉ.

Nesses oito números, foram publicados 91 trabalhos, entre artigos e notas, 68,1% deles especificamente ligados à Arqueologia, sendo 25,3% mais gerais, entre os quais descrições de sítios e de escavações; 13,2% relacionados a material lítico; 11,0% a material cerâmico; 9,9% a temas de Antropologia Física e Genética e 8,8% à ritualidade funerária. Nos últimos números, têm despontado artigos relacionados à datação arqueológica, resultantes dos seminários específicos promovidos pelo MAX e dos trabalhos desenvolvidos no “Laboratório de Datação por Termoluminescência” do Departamento de Física da Universidade Federal de Sergipe.

Foram seis anos de muito trabalho e importantes realizações. O Museu de Arqueologia de Xingó confia na manutenção regular de sua publicação periódica, certo da sua contribuição ao desenvolvimento da Arqueologia brasileira.

SUMÁRIO

Editorial..... 5

ARTIGOS

- O MITO DO PARAÍSO TROPICAL: CARACTERIZAÇÃO CULTURAL E GERENCIAMENTO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO 11
CÉLIA MARIA CRISTINA DEMARTINI

- O SAMBAQUI DA AMIZADE E O LENÇOL CONCHÍFERO NATURAL DA JABUTICABEIRA, UM OLHAR EPISTEMOLÓGICO DA ARQUEOLOGIA 43
SCHIAVINI, A. L. & PEREZ, R. A

- SISTEMA DE OCUPACIÓN PREHISPÁNICA Y PAISAJE SOCIAL EN UN SECTOR DEL PIEDEMONTES DE LA SIERRA SAN JAVIER. TUCUMÁN. ARGENTINA 67
GABRIEL E. MIGUEZ

- O SAMBAQUI DO BACANGA NA ILHA DE SÃO LUÍS-MARANHÃO: INSERÇÃO NA PAISAGEM E LEVANTAMENTO EXTENSIVO 95
ARKLEY MARQUES BANDEIRA

- ARQUEOLOGIA HISTÓRICA: A PRIMEIRA FEITORIA DO BRASIL 123
BELTRÃO, M.C.M.C & PEREZ, R. A. R.

- DATAÇÃO DE ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS DE XINGÓ POR TERMOLUMINESCÊNCIA 139
SUSANA OLIVEIRA DE SOUZA, MARIA FRANCILENE DE ASSIS BARRETO,
JOSÉ OSMAN DOS SANTOS, JOÃO FERREIRA DO F AMARAL JRÚNIOR,
DÊNIO GUIMARÃES MILITÃO, M E G VALÉRIO

- ESTUDO TECNOLÓGICO E TIPOLOGICO DA CERÂMICA
ARQUEOLÓGICA DO SÍTIO CURITUBA I, CANINDÉ
DE SÃO FRANCISCO – SE..... 151
CLEONICE VERGNE; MARCELO FAGUNDES; ADMILSON FREIRE
DE CARVALHO; MONIKA M. FREIRE DE ARAÚJO

- AS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS SOBRE CERÂMICA
NO NORDESTE DO BRASIL.....167
Suely Luna

NOTAS

- ESTUDO DO TEMPO DE VIDA DOS PICOS
TERMOLUMINESCENTES DO QUARTZO DE XINGÓ..... 207
LUIZ C. DE OLIVEIRA, ANA PAULA S. BOMFIM, SUSANA O. DE SOUZA

- INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 214

ARTIGOS

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA: A PRIMEIRA FEITORIA DO BRASIL

BELTRÃO, M.C.M.C* & PEREZ, R. A. R.**

ABSTRACT

According to Fernando Lourenço Fernandes (1996), the information regarding the first explorations conducted on the Brazilian coast are quite confusing, especially on the matter of the factorships' location. Recent research conducted by the Uruguayan historiographer Rolando Laguarda Trías discusses the location of the first factorship as being at Cabo Frio. The statements of both authors indicate that all structures present at the classified site by Abreu as "Sambaqui" das Pixunas and by Beltrão as Aldeamento Tupi-Guarani das Pixunas (39-QP) – GB-18, located at Ilha do Governador, in a place called Pixunas (in Praia Grande, on Navy soil) correspond in the historical period to the first factorship installed by the Portuguese in 1503 or 1504.

Palavras-chave:

Arqueologia histórica. Feitorias. Pixunas

* Professora Titular da UFRJ; Professora Associada do DGP/MN-UFRJ; mcmcb@globo.com

** Arqueóloga Museu Nacional/IFRJ rhonedsaldora@gmail.com

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente definida como o estudo de culturas passadas, começando com o surgimento das primeiras formas humanas até, como querem alguns, a elaboração da escrita, a Arqueologia acabou, nos últimos tempos, sendo redefinida em razão da Arqueologia Histórica.

A Arqueologia Histórica em seu sentido mais amplo, é o estudo de culturas. É, também, um conjunto de métodos para extrair informações e um modo de pesquisar o passado através das edificações, ruínas, estruturas e artefatos.

De acordo com Schuyler (1978:27) é “*o estudo dos restos materiais de qualquer período histórico*”. A Arqueologia como Antropologia, por outro lado, se preocupa com os padrões subjacentes às sociedades e com os processos de diversificação e de transformação culturais, reconhecíveis por intermédio dos restos arqueológicos, ou seja, no inventário da cultura material e na maneira como os indivíduos se organizam espacialmente.

Portanto, a arqueologia busca estudar os modos de vida de antigas sociedades que deixaram suas marcas em lugares específicos, denominados sítios arqueológicos. Os estudos interdisciplinares que o trabalho arqueológico proporciona, permitem atingir metas importantes como, por exemplo, a recuperação dos cenários paisagísticos históricos.

Os sítios históricos, assim, compõem um acervo paisagístico, histórico e arquitetônico de relevante importância para a compreensão da história local. A contribuição que o arqueólogo pode dar através do reconhecimento e decodificação da significância e do significado desse patrimônio cultural é fundamental.

A INFORMAÇÃO HISTÓRICA

Em meados do século XVI, o hoje Estado do Rio de Janeiro, era habitat de numerosos grupos indígenas, principalmente os de filiação lingüística Tupi-Guarani. A descoberta propriamente dita da Baía de Guanabara, pelos portugueses, data de 1502, um ano depois da primeira expedição de reconhecimento da terra quando, então, a baía foi considerada como sendo a foz de um rio.

Fernando Lourenço Fernandes (1996) em seu trabalho intitulado “A Primeira Feitoria Portuguesa no Brasil”, publicado pela Academia de

De acordo com Max Guedes, “na realidade, a feitoria situar-se-ia na atual Baía de Guanabara (Rio de Janeiro)” (Guedes, *apud* Fernandes, 1996).

Fernandes (op. cit.) atribui a confusão quanto à efetiva localização da feitoria em decorrência da narrativa do episódio da nau *Bretoa* que, em 1511, atracara em Cabo Frio para carregar pau-brasil, levando Varnhagem a associar a localização da feitoria a essa região. Ainda segundo Fernandes (op. cit.), Guinés de Mafra afirma que Juan Caravallo (João Lopes de Carvalho), piloto de Fernão de Magalhães, havia vivido na baía de Henero, isto é, na Baía de Guanabara, como castigo “por haver subtraído uns machados” (*apud* Fernandes, 1996, p.8). A seqüência de fatos e eventos envolvendo Carvalho e Fernão de Magalhães levou Laguarda Trías a concluir que “a feitoria para o comércio do pau-brasil se encontrava na Baía do Rio de Janeiro” (*apud* Fernandes, 1996, p.10). Trías considera que o capitão da *Bretoa* não iria levantar âncora de Cabo Frio simplesmente para deixar o condenado na Baía de Guanabara para depois retornar a Cabo Frio, antes de voltar para Portugal. “O diário de viagem da nau *Bretoa* não alude a tal cabotagem pela costa fluminense” (Fernandes, 1996, p.10).

Até a presente data, nenhum dado novo foi obtido no sentido de refutar a tese guanabarina proposta por Laguarda Trías. Por essa razão, Fernandes acredita que além das informações históricas, a toponímia - o pau-brasil, poderia servir de referência para avaliar a antiguidade e o grau de freqüência da presença portuguesa no litoral da Guanabara, em confronto a “documentação das primeiras sesmarias cariocas” (Fernandes, 1996, p.11).

O exame da toponímia de origem tupi revelou que o lado oriental da Guanabara, isto é, o lado de Niterói, foi o mais freqüentado pelos portugueses. Era uma “localidade marítima” bastante conhecida, há muito freqüentada pelos barcos portugueses que comercializavam, entre outros produtos, o pau-brasil. Segundo Fernandes (op.cit., p.11) “...entre as diversas referências geográficas da ria, destacava-se a Ilha do Governador” ou a Ilha do Gato dos índios Maracajás.

Fernandes aponta duas cartas como sendo muito importantes para a presente discussão. A primeira consiste no mapeamento do litoral brasileiro realizado em 1578 por Jacques de Vau de Claye, da expedição francesa de Felipe Strozzi, denominado por seu autor “le vrai pourtraict de Genèvre et du Cap Frie”. Nesse levantamento, além de um grande número de marcações na parte oriental, a área é caracterizada como um

Não há dúvida de que o início da atividade de feitorias, no Brasil, se deu ao sul da linha dos Abrolhos. A essa forte indicação soma-se a logística básica exigida pela exploração de pau-brasil (localização da árvore em meio à floresta, seguido de seu corte, desbaste, falquejamento, transporte e acumulação). Em outras palavras, a instalação de uma feitoria indica a existência de um trânsito constante de embarcações, exigindo: reabastecimento de víveres, ferramentas e outros itens para as frentes de trabalho; potencialidade do lugar como fonte de suprimento de lenho em grande escala; garantias de aportamento, reparo e carenagem das embarcações, de refresco e aguada; de sustentação das tripulações durante sua permanência (a da nau *Bretoa* foi de cerca de dois meses) e forte apoio indígena. Fora isso, é importante lembrar que a Ilha do Governador, ou Ilha do Gato, no século XVI apresentava condições ambientais muito peculiares, isto é, seu território era extenso, florestado, fértil, com grande número de fontes de água potável, colinas arredondadas e ausência de alagados e pântanos.

De acordo com o Regimento da nau *Bretoa* (apud Fernandes, 1996, p.19), a feitoria do Cabo Frio estaria localizada em uma ilha grande, situada em local bem protegido, com fundeadouro cômodo e os silvícolas insulares seriam amigos dos portugueses. Essa é a razão pela qual a Ilha do Governador se constitui no local mais provável para sediar a feitoria e não Cabo Frio ou Porto Seguro, esse último sugerido por Jaime Cortesão.

A INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA

Os sistemas estudados pela arqueologia através dos métodos e das técnicas que lhe são próprias, permitem contribuir de modo especial, para a elucidação do comportamento humano através dos tempos, na medida em que lida com a própria materialização desse comportamento - edificações, ruínas, estruturas e artefatos - distribuídos no espaço.

Ao partir do pressuposto de que, no Brasil, ainda hoje persistem grupos indígenas que vivem nos moldes equivalentes aos daqueles do período do contato, Beltrão passou a conjugar o trabalho arqueológico com as informações fornecidas pelos estudos etnográficos.

Em 1969, Beltrão após ter analisado juntamente com o etnólogo Roque de Barros Laraia os sítios arqueológicos que estudara na Ilha do Governador e na planície de Sepetiba, passou a levar em conta as evidências

históricas e etnográficas considerando tanto a documentação arqueológica como a histórica, especialmente as observações dos primeiros cronistas que se preocuparam em descrever cuidadosamente muitos dos hábitos daquelas populações consideradas, no século XVI, como exóticas.

Fato é que os documentos históricos disponíveis informam mais do que a simples presença, nessa época, de grupos tribais na cidade do Rio de Janeiro ou a descrição de seus costumes e crenças; fornecem preciosas indicações geográficas relativas a localização dos atuais sítios da Ilha do Governador.

Ao considerar a informação constante na obra de Jean de Léry, intitulada *Colóquio da Entrada e Chegada no Brasil, entre a Gente do País Chamada Tupinambá e Tupiniquim, em Linguagem Brasileira e Francesa*, Beltrão verificou que, em 1557, há o registro de cinco aldeamentos de índios Tupinambá para a Ilha do Governado. São precisamente mencionadas as **aldeias** de **Pindó-usú**, a de **Koruké**, a de **Pirayijú**, **outra** situada **entre Pindó-uspu e Pirayijú** onde uma vez Jean de Léry conseguiu ajudar a resgatar alguns prisioneiros, e **uma última** localizada **entre Koruké e Pindó-usú**.

Embora os relatos de Jean de Léry sejam de grande acuidade, peca pela precariedade do mapa em que a ilha está representada de forma completamente diferente da real, dificultando enormemente, com algumas exceções, a localização referencial dos sítios.

Considerações a parte, pode-se dizer que, de modo geral, etnólogos e lingüistas propõem que os Tupi chegaram à costa brasileira há cerca de 1.500 anos a.P.. Ao estudar a ocupação da Ilha do Governador, Beltrão cita pelo menos três fases culturais a eles associadas – a Jequiá, a Governador e a Praia Grande. Essas fases culturais foram definidas com base na cerâmica por ela encontrada nos dez sítios arqueológicos da ilha e que possuem características bastante específicas que permitem estabelecer uma relação entre a ocupação e o grupo lingüístico Tupi-Guarani.

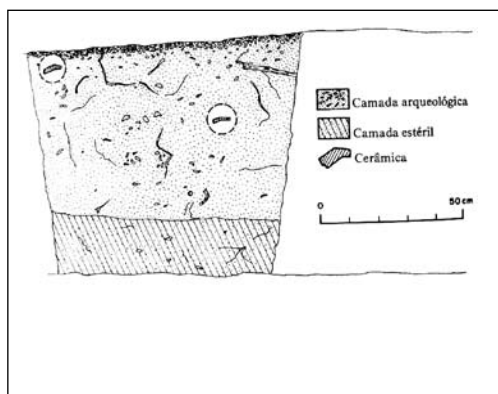
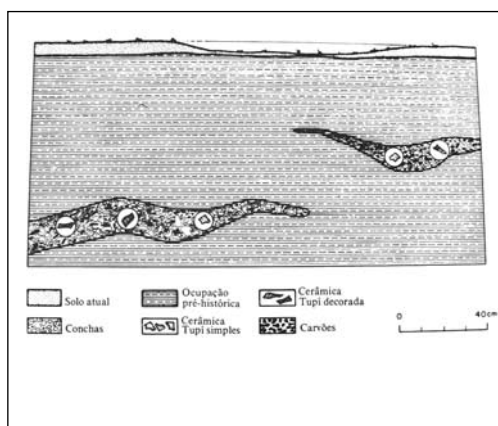
Em termos de identificação funcional, dos dez sítios encontrados na Ilha do Governador tem-se, primeiramente, o **Atelier do Morro das Pixunas** (39-QP) – GB – 15 (antigamente GB-8), situado no Morro das Pixunas, hoje cortado pela rua Zaquia Jorge. O material cultural ali recuperado compreende lascas de quartzo e carvões e sua ocupação data de entre 500 e 1.600 d.C..

Em seguida tem-se o **Aldeamento Tupi-Guarani do Centro de Instrução** (39-QP) – GB-16 (antes GB-9), situado no Centro de Instru-

ção, próximo à Praia Grande. A cultura material ali presente compreende fragmentos de cerâmica européia, associado a material indígena, datando de entre 1.500 e 1.600 d.C..

O terceiro sítio é a **Aldeia Tupi-Guarani da Tropa de Reforço** (39-QP) – GB-17. Localizado no Quartel da Tropa de Reforço, junto à Praia Grande, tem por cultura material lascas de quartzo, carvões, fragmentos de cerâmica lisa e decorada. Sua ocupação data de 700 a 1.000 d.C..

O quarto sítio identificado foi denominado segundo a classificação proposta por Abreu (1957) como “**Sambaqui**” **das Pixunas** (39-QP) – GB-18; Aldeamento Tupi-Guarani das Pixunas, situado no local denominado Pixunas, na Praia Grande, em terreno da Marinha, no Campo de Instrução (Quartel da Tropa de Reforço). Trata-se, na verdade, de um aldeamento² Tupi-Guarani de forma retangular, passível de ser interpretada como uma aldeia fortificada, de tamanho original estimado em 100 m de comprimento por 50 m de largura e 4 m de altura. Nesse sítio, foram encontrados numerosos cacos de cerâmica Tupi e grande quantidade de fragmentos de quartzo com ou sem retoque que, aparentemente, serviram como facas e como instrumentos para raspar. A esse material, associam-se, desde a base, exemplares de origem européia que



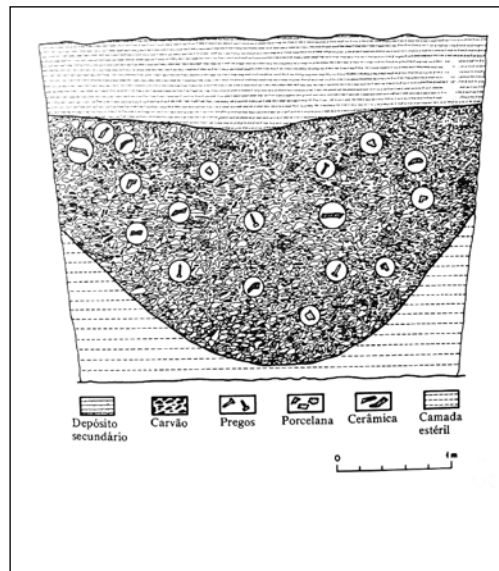
² É chamada de aldeamento a povoação de índios organizada sob a direção de missionários ou de autoridade leiga.

datam desde o século XVI até o século XIX. O sítio foi destruído, em grande parte, por sua exploração econômica, isto é, o material dele retirado foi destinado a produção de cal. Abreu (1957) faz referência a uma caieira no litoral norte da Ilha do Governador. Portanto, provavelmente a produção desse insumo decorria tanto da exploração da jazida como do desmonte do “sambaqui”. Segundo os recentes estudos efetuados por Laguarda Trías (1971) e por Fernandes (1996), tudo leva a crer que as estruturas presentes no sítio correspondam, no período histórico, a primeira feitoria instalada pelos portugueses em 1503 ou 1504.

A Aldeia e o Aldeamento Tupí-Guaraní da Estação Rádio da Marinha (39-QP) – GB-19, é o quinto sítio registrado na ilha. Os estratos mais antigos correspondem a uma antiga aldeia Tupi e os mais recentes ao aldeamento com cerca de 450 m de diâmetro. O sítio foi parcialmente destruído e

dentre sua cultura material havia grande quantidade de material indígena, representado por cacos de cerâmica Tupi e de material europeu como louça de diversos períodos – século XVI ao XIX. Não foram estabelecidas seqüências nem a popularidade dos tipos cerâmicos, por níveis arqueológicos em razão do impacto sofrido pelo sítio. Especialmente as camadas superficiais, que compreendem um contínuo ocupacional iniciado no século XVI chegando até o século XIX, foram as mais prejudicadas pois tiveram os

exemplares de períodos mais recentes, como a louça de Macau³, misturados a cerâmica indígena e a cerâmica neobrasileira colonial. Também foram recuperados artefatos lascados em quartzo, conchas, especialmente *Anomalocardia brasiliiana Gmelin*, restos de fogueira, carvões abundantes, artefatos confeccionados em osso etc. A idade para a ocupação mais



antiga desse sítio está entre 1.300 e 1500 d.C.

Já a **Aldeia Tupí-Guaraní do Instituto de Pesquisas da Marinha** (39-QP) – GB-20, foi impactada quando da abertura da estrada. Desse sítio restou apenas uma camada arqueológica de cerca de 50 cm de espessura, recoberta por outra camada arenosa, estéril, de 25 cm de espessura. Junto a esse sítio, Beltrão localizou um nível de seixos rolados de onde acredita ter sido coletada a matéria-prima para a confecção dos artefatos líticos. Mais ainda, acredita que os acampamentos do Telégrafo, da Estação Radiorreceptora I e II teriam funcionado como “apêndices” dessa aldeia.

O sétimo sítio, é o “**Sambaqui**” da **praia do Espinheiro** (39-QP) – GB-21 (anteriormente GB-14), localizado na praia do Espinheiro, no Saco do Jequiá. É um depósito arqueológico conchífero, contendo numerosos cacos de cerâmica lisa e cerâmica com decoração do tipo unculado e corrugado além de lascas de quartzo leitoso e hialino. Estima-se que originalmente tivesse 60 m de extensão e talvez 3 m de altura. Foi quase completamente destruído quando da abertura da estrada de acesso à praia, permanecendo apenas a base que, aparentemente, encontra-se submersa.

O sítio seguinte, é o “**Sambaqui**” ou **aldeamento Tupí-Guaraní do Jequiá** (39-QP) – GB-22 (anteriormente GB-15). Esse sítio apresenta uma grande quantidade de conchas, especialmente a *Anomalocardia brasiliiana Gmelin*. A cerâmica presente no sítio é claramente Tupí-Guaraní (lisa e decorada), associada a material de origem européia. Beltrão acredita que esse sambaqui ou aldeamento deve corresponder a um dos cinco aldeamentos citados por Léry em 1557 na Ilha do Governador.

O penúltimo sítio arqueológico é o **Aldeamento Tupinambá do morro da Viúva** (39-QP0) – GB-23. Após a abertura de vários poços-testes, foi constatada a existência de apenas uma ocupação indígena correspondente à época histórica. Os lascamentos nos blocos e fragmentos de quartzo encontrados a cerca de 5 m de profundidade devem ser, provavelmente, naturais, decorrentes de alterações térmicas do ambiente. O aldeamento possui cerca de 200 m de diâmetro, tendo sido identificadas várias fossas culinárias. Os níveis de ocupação mais antigos, não apresentam cerâmica indígena porém, neles foram coletados fragmentos de

3 Ao todo 875 cacos

artefatos de quartzo associados a cerâmica neobrasileira e à porcelana européia. O sítio data de 1550 a 1600 d.C.

O último sítio, o **Aldeamento Tupí-Guaraní de São Tomé** (39-QP) está localizado em uma pequena elevação na área da Escola São Tomé. Ali foi encontrado farto material cerâmico Tupí-Guaraní associado à louça de procedência européia que hoje se encontra depositado na reserva técnica do Museu Nacional da UFRJ. Trata-se de uma ocupação indígena já do período histórico, isto é, posterior a 1.500 d.C.. Essa ocupação tal qual o “sambaqui” ou aldeamento Tupí-Guaraní do Jequiá, deve corresponder a um dos cinco aldeamentos Tupinambá, registrados por Léry, em 1557.

Segundo alguns cronistas, dentre eles Jean de Léry, a baía de Guanabara era disputada pelos Temiminó e Tamoio ou Maracajá e Tupinambá, respectivamente. Os Temiminós ou Maracajás habitavam a Ilha do Governador. Por essa razão, a ilha era conhecida, à época como ilha dos Maracajá. Léry descreveu várias batalhas travadas entre esses dois grupos sendo que, em uma delas, os Temiminó foram subjugados e expulsos da baía de Guanabara, indo se instalar na capitania do Espírito Santo. Por isso a ilha passou a ter nova designação, ou seja, passou a ser chamada de ilha de Paranapuã, que em Tupi significa, *paraná* quer dizer “mar, rio grande”, e *apuã*, significa “monte, ponta, cabo, ponta de terra”, ou seja, “o que se ergue no mar”, ou “o monte do mar” ou, ainda, “rio grande”.

Como já mencionado anteriormente, segundo Léry, a estratégia de ocupação adotada pelos Tamoio, para dominar a ilha, compreendia a instalação de cinco **aldeias** sendo as **mais importantes** a **Pindo-Ussu** nome dado, em Tupi, a palmeira de belo porte *Attalea compta* ou palmeira grande, a **Koruké**, significando “ao pé dos seixos”, e a **Piranijú** que poderia ser traduzida como “peixe dourado pequeno”. As outras duas, consideradas de menor importância, estavam localizadas entre a *Piranijú* e a *Pindo-Ussu* e entre a *Koruké* e a *Pindo-Ussu*.

A INTERPRETAÇÃO ARQUEOLÓGICA

A escavação arqueológica se constitui em apenas uma parte da pesquisa propriamente dita. Representa o momento em que se dá a coleta direta dos dados e, conseqüentemente, é um procedimento de altíssima importância. A interpretação de um dado sítio depende, em grande parte,

da acuidade com que a escavação é realizada.

No Brasil, como em outros países, o crescimento das cidades tem imposto um alto preço ao Patrimônio Cultural. Não é de se estranhar que normalmente o arqueólogo só seja chamado a atuar depois do sítio haver sido impactado. Embora o órgão fiscalizador – IPHAN, seja altamente cioso de seu papel quando se trata de autorizar a pesquisa científica, não o é de igual modo quando diante de obra empreendida seja pelo próprio poder público como pela iniciativa privada.

Assim é que muitos sítios, como aqueles do tipo sambaqui, foram destruídos em razão da abertura de estradas, loteamentos ou para garantir melhor pastagem ao rebanho de certas fazendas particulares. Igualmente a Ilha do Governador, mesmo que diante de sua importância histórica, como acima demonstrada, não foi poupada.

A primeira investida de pesquisa na Ilha se deu nos anos de 1960, a pedido de Rodrigo Mello Franco do SPHAN, hoje IPHAN, como parte do extenso levantamento dos sítios arqueológicos do Estado do Rio de Janeiro que, à época, se pretendia realizar. Pode-se dizer que, coincidentemente, a década de 1960 também marca, graças à promulgação da lei 3.924, o incremento da disciplina Arqueologia Histórica, embora esta estivesse precipuamente voltada para a questão patrimonial arquitetônica, isto é, comprometida com as atividades de restauração dos diversos monumentos. As duas regiões do Brasil, no entanto, que efetivamente investiram na pesquisa arqueológica histórica durante as décadas de 1960 a 1980, foram o sul e o nordeste. A região sudeste, embora dispondo de farto campo de investigação, não se sentiu atraída por tal linha de pesquisa, especialmente por parte dos eminentes pesquisadores da época.

Justificativas à parte, o que efetivamente importa é considerar o contexto em que os sítios da Ilha do Governador foram identificados, isto é, não havia, àquela época, clareza quanto à possibilidade de ali se encontrar a primeira feitoria instalada no período do Brasil Colônia como proposto por Fernandes (1996). Os sítios da ilha acima elencados, como a Tropa de Reforço e a Estação Rádio Receptora da Marinha, por exemplo, localizados por Beltrão, infelizmente, se encontravam na rota de crescimento da cidade. Tanto que ao retornar ao local para dar continuidade a primeira fase do trabalho de campo, isto é, o trabalho de prospecção, a área já havia sido terraplenada, misturando camadas de solo e peças mais recentes às mais antigas. Todo o contexto se encontrava totalmente alterado; razão pela qual Beltrão se limitou, particularmente com relação

à Aldeia Tupi-Guarani da Estação Rádio da Marinha, a descrever, estimar o início de sua ocupação e interpretar o que lhe era possível à luz dos dados então disponíveis.

Não há dúvida, porém, segundo a cultura material presente nesse e em outros sítios da Ilha do Governador, do papel singular que desempenhou no passado, principalmente nos primórdios do século XVI. Tampouco paira qualquer incerteza quanto à presença portuguesa em costas brasileiras nos primórdios de 1500. O pouco que Beltrão pode estudar, na década de 1960, com relação à cultura material e a análise locacional dos sítios, confirmou a posição estratégica da ilha. Mais ainda, publicou, em 1978, na obra de sua autoria, *Pré-História do Estado do Rio de Janeiro*, que no caso do

“sítio da Estação da Rádio, a presença europeia está bem documentada pela incidência de material dessa procedência, mas é o de Pixunas que apresenta os maiores sinais de contato interétnico: a presença do material europeu desde a base, a sua localização mais próxima do oceano e, principalmente, a sua forma retangular – talvez uma maneira de copiar o estilo das fortificações europeias. O morro da Viúva constitui a única jazida onde não existe cerâmica de qualquer espécie, mas sim uma grande quantidade de material europeu. Disto podemos deduzir que este aldeamento corresponde a uma época quando a introdução de grande quantidade de material manufaturado diminui o estímulo para a fabricação de cerâmica indígena”. (op.cit., p. 140)

Igualmente ficou explícito a partir da avaliação das estruturas encontradas em ilhas adjacentes à do Governador, como na Ilha do Catalão, o estreito e importante papel desempenhado pelo conjunto das ilhas da Baía de Guanabara desde as primeiras ocupações humanas.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Mons. José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.



Ilha do Catalão



Ruínas da edificação presente
no alto da Ilha



Vista lateral de edificação que se
assemelha a um pequeno forte



Aguada situada entre as duas
edificações

BELTRÃO, M. C. M. C. Pré-História do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Forense Universitária/ SEEC-RJ, 1978

CHERFAN, A. G. Projeto Arqueológico Paranapuã. Rio de Janeiro, s/d

DEBRET, Jean Baptist. Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil. São Paulo, Livraria Martins, 1954

FERNANDES, Fernando Lourenço. A Primeira feitoria portuguesa no Brasil. Academia de Marinha, Lisboa, 1996.

IPANEMA, Cybelle de. História da Ilha do Governador. Rio de Janeiro: Liv. E Ed. Marcelo de Ipanema, 1991.

LÉRY, Jean de. Viagem à Terra do Brasil. São Paulo: Livraria Martins Ed., 1950.

LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. São Paulo: Liv. Martins, 1942.

ORSER JR., Charles E. Introdução à Arqueologia Histórica. Tradução e apresentação Pedro Paulo Abreu Funari. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1992.

PIZARRO, Monsenhor (José de Souza Azevedo Pizarro e ARAUJO). Memórias Históricas do RJ. Imprensa Régia. Tomo I. 147 p., 1820.

SARTHOU, Carlos. Passado e Presente da Baía de Guanabara, 1565 – 1965. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1964.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

SCHUYLER, R. L. Historical and Historic Sites Archaeology as Anthropology: Basic Definitions and Relationships. In R. L. Schuyler (ed.), Historical Archaeology: a Guide to Substantive and Theoretical Contributions. Baywood Publishing Co., New York, pp.27-31. 1978.

TEIXEIRA FILHO, Álvaro. Roteiro Cartográfico da Baía de Guanabara e Cidade do Rio de Janeiro, Séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1975.

